



SAÚDE

Programa tenta acelerar fila do SUS

Medida busca criar um novo modo de atendimento à saúde, a partir de um ciclo integral de cuidado à população

» VICTOR CORREIA

Foto: Ricardo Stuckert / PR

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou, ontem, uma série de medidas para reduzir as filas do Sistema Único de Saúde (SUS). A estratégia da pasta é usar uma gestão mais eficiente e a telessaúde para remanejar pacientes que, atualmente, ficam meses aguardando uma consulta com especialista antes de poder iniciar o tratamento.

O programa, batizado de Mais Acesso a Especialistas, foi anunciado durante coletiva no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A solenidade também apresentou alguns resultados da pasta em 2023.

“Nós temos filas sem transparência. Nós não vamos acabar com filas, até porque a medida que você aumenta a oferta de atendimento, você aumenta a demanda. A fila tem que andar. Se trata de reduzir o tempo de espera. As pessoas têm que ser tratadas com dignidade, e os sistemas têm que resolver o problema”, declarou a ministra. A meta para 2024 é realizar cinco milhões de cirurgias, um milhão a mais do que no ano passado.

Segundo a ministra, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) continuarão sendo a base do SUS, já que 80% dos casos são resolvidos nesses lugares. Como parte do programa, os horários de atendimento serão amplificados, com mais equipes até as 22 horas. atendimentos de telemedicina, feitos pelo SUS Digital, também serão reforçados para agilizar o atendimento no sistema. Apenas nesta área, o repasse federal será de R\$ 460 milhões aos estados.

As equipes de saúde também serão expandidas. O objetivo é criar por ano, até 2026, 2.360 Equipes de Saúde da Família; 3.030 Equipes de Saúde Bucal e 1.000 Equipes Multiprofissionais, aumentando para 80% a cobertura de pessoas com acesso à Atenção Primária. No ano passado, foram criadas 2.198 Equipes de Saúde da Família, aumento de 52% em relação aos anos anteriores. Também houve aumento de 16% no número de consultas médicas e 29% mais procedimentos médicos realizados do que em 2022.



Nísia Trindade, ministra da Saúde, anunciou programa para reduzir o tempo de espera de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)

“Nós estamos tendo como referência as melhores práticas em saúde do mundo. É o caso do Reino Unido, Espanha, Canadá, só que o nosso desafio é de um país continental, com um sistema descentralizado e com grande desigualdade”, comentou Nísia. “Haverá uma redução do tempo de espera, uma redução do número de lugares que o paciente precisa ir, e ampliação do uso da telessaúde como suporte a esse processo”, acrescentou.

Para alcançar as metas, segundo o Ministério da Saúde, “são vitais” os recursos provenientes do Novo PAC, lançado no ano passado. Isso porque o novo ciclo de cuidado está alinhado aos pilares de investimento do programa: Atenção Primária, Atenção Especializada, Preparação para Emergências em Saúde, Complexo Industrial da Saúde e Telessaúde. O programa prevê investimentos de R\$ 31,5 bilhões em quatro anos. Em 2023, segundo os dados do ministério, foi executado R\$ 1,7 bilhão.

Para fazer a fila andar

Até 2026, governo pretende dar mais eficiência à gestão do SUS

Aumento das equipes por ano

2.360 Equipes de Saúde da Família

3.030 Equipes de Saúde Bucal

1.000 Equipes Multiprofissionais

80% das pessoas com acesso à Atenção Básica até 2026

1 milhão de cirurgias a mais por ano até 2026, sendo 5 milhões em 2024

Combate ao câncer - 15 novos aceleradores lineares em 2024, e 15 em 2025

Fonte: Ministério da Saúde



Celeridade para patentes

» RAFAELA GONÇALVES

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou, ontem, uma plataforma que disponibiliza informações sobre depósito de pedidos de patentes de medicamentos no Brasil. Desenvolvida pelo Grupo FarmaBrasil (GFB), a ferramenta faz parte da nova política industrial brasileira, lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro.

De acordo com a pasta, a Plataforma de Dados de Patenteamento do Setor Farmacêutico organiza informações a partir de dados públicos de forma dinâmica, possibilitando análises estratégicas para novas aplicações industriais, decisões de investimento em pesquisa e desenvolvimento e até potenciais parcerias.

O ministro e vice-presidente, Geraldo Alckmin, celebrou o lançamento da iniciativa, “fruto de esforços coordenados entre governo e setor produtivo”, conforme destacou. “A indústria farmacêutica tem sido uma das que mais investem em inovação no Brasil. Esta é uma ferramenta importante tanto para o governo analisar e fundamentar iniciativas estratégicas para o Complexo Econômico Industrial da Saúde quanto para a indústria identificar oportunidades de investimento”, disse ele.

No momento, os dados disponíveis na nova plataforma se referem aos anos de 2000 até 2021. Na ocasião, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre o Grupo FarmaBrasil e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para atualização dos dados até 2023.

A demora nos registros de patentes no Brasil é uma queixa histórica na indústria farmacêutica. Para o presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, dar mais celeridade à questão é “fundamental” na construção da nova política industrial. “A plataforma é uma contribuição significativa da indústria farmacêutica nacional para a política industrial e demonstra o nosso compromisso com a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação. É um esforço para a nova política, que vai possibilitar ampliar o acesso à saúde, e contribuir para o desenvolvimento econômico e social brasileiro”, comentou.

O painel apresenta diferentes possibilidades de cruzamentos de dados. Por meio dele, será possível identificar atividades e decisões estratégicas de grandes atores do setor; para quais doenças se investem mais recursos de pesquisa e desenvolvimento; mecanismos de ação considerados mais efetivos para o tratamento de doenças; mudanças no perfil de atividades e investimentos ao longo dos anos; interesse e atuação geográfica; e potenciais parcerias.

A base também engloba depósitos de patentes de inventores não residentes, que compreende empresas e pessoas físicas localizadas no exterior. Neste caso, a extração permite uma série de análises sobre o perfil das empresas e suas estratégias de proteção de inovações no mercado brasileiro.

Dengue atinge 1.116 mortes e continua subindo

» VICTOR CORREIA
» MARINA DANTAS*

O Brasil chegou, em seu quarto mês, perto da marca de óbitos por dengue registrados em todo o ano de 2023. O cenário caminha para fazer deste, o ano mais letal em relação à doença. De acordo com o Painel de Monitoramento de Casos de Arboviroses, divulgado pelo Ministério da Saúde, 2024 já acumula 1.116 mortes por dengue em todo o país. Em todo o ano passado, foram 1.179 óbitos registrados.

O número de óbitos em investigação aumentou, passando de 114 casos analisados em 2023 para 1.807 até agora.

O número de casos prováveis bateu a marca de 2.963.994, número 79,7% maior do que o acumulado de 2023, que registrou 1.649.144 casos

no decorrer dos 12 meses.

O coeficiente de incidência chegou a 1.459,7 casos a cada 100 mil habitantes, um aumento expressivo de 88,8% em relação ao ano anterior. Por outro lado, a letalidade em casos prováveis diminuiu de 0,07, em 2023, para 0,04, em 2024. Já a letalidade em casos graves passou de 4,83, no ano passado, para 3,93 neste ano.

Em um recorte regional, Minas Gerais se encontra em primeiro lugar no ranking de casos prováveis, registrando a marca de 939.332 casos nestes quatro primeiros meses de 2024. Depois vem São Paulo, com 647.702 casos, e Paraná, com 290.012. A capital do país chega em quarto lugar, acumulando um total de 205.571 casos prováveis.

Já em um seção por óbitos confirmados, o estado de São Paulo lidera com 220 mortes

derivadas da dengue. O Distrito Federal segue atrás, com 205, junto a Minas Gerais, com 175 óbitos confirmados pela arbovirose.

No entendimento do infectologista do Hospital Anchieta, Manuel Palacios, os fatores que contribuíram para o cenário preocupante incluem as variações climáticas favoráveis ao mosquito transmissor *aedes aegypti*, aumento da resistência dos mosquitos aos inseticidas e o aumento da circulação de diferentes sorotipos da dengue, que podem levar à forma grave da doença.

“A intensificação da doença, levando a um aumento de mortes, está correlacionada aos próprios vetores já citados, além dos possíveis atrasos nos diagnósticos e tratamentos”, analisa o médico.

Prever um cenário de queda

dos números, na opinião de Palacios, é complexo e depende de diversos fatores. “Isso inclui ações de controle do vetor, mudanças climáticas e eficácias das medidas de saúde pública implementadas, que dependem do Governo Federal e das Secretarias de Saúde”, finaliza o infectologista.

Vacinação

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou, ontem, que a vacinação contra a doença é uma medida de médio prazo, e não tem eficácia para combater um momento de surto, como o atual. Ela também rebateu críticas sobre o baixo número de doses adquirido pelo governo, argumentando que todos os imunizantes disponíveis foram comprados.

“Eu digo sempre que a vacina

é uma medida para o médio prazo”, respondeu a ministra após ser questionada sobre os imunizantes. “É uma vacina com três meses de intervalo, em duas doses. Portanto, ela não é o principal instrumento e não tem eficácia para o momento do surto”, enfatizou. O Brasil é o primeiro país a disponibilizar a vacina na rede pública, a QDenga, da fabricante Takeda.

“Teremos uma oferta maior a partir do próximo ano, sim. Neste ano, não tenho muito otimismo, sendo muito realista, que a gente consiga mais doses” acrescentou Nísia. A ministra destacou a importância da prevenção. “Não podemos relaxar, todas as medidas preconizadas têm que ser mantidas”, disse ela.

*Estagiária sob supervisão de Edla Lula